

acusado da prática de um crime de um crime de falsificação de documento, na forma continuada, previsto e punido pelos artigos 216.º, n.º 3 do Código Penal de 1886, 228.º, n.º 1 alínea b), n.º 2, do Código Penal de 1982 e 256.º, n.º 1, alínea b), e n.º 3, do Código Penal de 1995, praticado em 11 de Julho de 2001; por despacho de 17 de Agosto de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal.

17 de Agosto de 2005. — O Juiz de Direito, *João Amaral*. — A Oficial de Justiça, *Paula Oliveira*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE SÃO PEDRO DO SUL

Aviso de contumácia n.º 10 607/2005 — AP. — O Dr. Carlos Mário Borges, juiz de direito do Tribunal de Comarca de São Pedro do Sul, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 146/01.8GASPS, pendente neste tribunal contra o arguido Joaquim Ferreira Pereira, filho de José Pereira e de Adelina Ferreira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 15 de Abril de 1972, casado, titular da identificação fiscal n.º 196466610, titular do bilhete de identidade n.º 11340236, com domicílio em Hautotstrasse, 20, D 79639, Grenzach-Wyhlen, Alemanha, por se encontrar acusado da prática do crime de ofensa à integridade física simples, previsto e punido pelo artigo 143.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 26 de Junho de 2001. Por despacho de 20 de Setembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado, tendo prestado termo de identidade e residência.

22 de Setembro de 2005. — O Juiz de Direito, *Carlos Mário Borges*. — O Oficial de Justiça, *Carlos Mendes*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE SEIA

Aviso de contumácia n.º 10 608/2005 — AP. — A Dr.ª Augusta Maria Pinto F. Palma, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Comarca de Seia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 41/96.0TBSEI, anterior n.º 90/1996, pendente neste tribunal contra o arguido José da Conceição Batista Pombo, filho de Manuel da Luz Pombo e de Ermelinda da Conceição Batista, nascido em 22 de Dezembro de 1934, casado, titular do bilhete de identidade n.º 1429628, com domicílio na Rua Alameda Barão da Limeira, 60, Apartamento 22, São Paulo, Brasil, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 11.º, n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro e artigo 313.º do Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de Setembro e artigo 217.º, n.º 1, do Código Penal revisto, por despacho de 30 de Junho de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por homologação da desistência de queixa.

16 de Setembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Augusta Maria Pinto F. Palma*. — A Oficial de Justiça, *Maria José Pinto*.

Aviso de contumácia n.º 10 609/2005 — AP. — A Dr. Augusta Maria Pinto F. Palma, juíza de direito do 2.º Juízo do Tribunal de Comarca de Seia, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 11/04.7TASEI, pendente neste tribunal contra a arguida Maria Cecília de Figueiredo Cabral Ribeiro, filha de Carlos Alberto de Jesus Cabral e de Rosa Crespim de Figueiredo Cabral, de nacionalidade portuguesa, nascido em 2 de Fevereiro de 1976, casada, titular do bilhete de identidade n.º 10792803, com domicílio na Rua da Condessa, 6, Cubos, 3530 Mangualde, por se encontrar acusado da prática de um crime de descaminho, previsto e punido pelo artigo 355.º do Código Penal, foi a mesma declarada contumaz, em 12 de Julho de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação da arguida em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção da arguida, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Pro-

cesso Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pela arguida, após esta declaração e ainda, a proibição de obter bilhete de identidade, passaporte, certificado de registo criminal, carta de caçador, licença de uso e porte de arma, livrete e título de registo de propriedade de veículos automóveis, cartão de contribuinte ou outros documentos ou certidões fiscais, caderneta militar e outros documentos e certidões emitidas por entidades militares, cartão de identificação de empresário em nome individual ou outros documentos emitidos pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, atestado de residência e outros atestados administrativos, autorização ou visto de residência em território nacional ou quaisquer documentos, registos e certidões junto das respectivas conservatórias competentes.

20 de Setembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Augusta Maria Pinto F. Palma*. — A Oficial de Justiça, *Maria José Pinto*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE SERPA

Aviso de contumácia n.º 10 610/2005 — AP. — A juíza de direito da Secção Única do Tribunal Judicial de Serpa, faz saber que, no processo abreviado n.º 51/00.5GDSRP, pendente neste tribunal contra o arguido Manuel André Rosa Raposo, filho de Manuel André Raposo e de Maria Gertudes Rosa, natural de Mértola, Corte do Pinto, Mértola, de nacionalidade portuguesa, nascido em 17 de Abril de 1960, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 6530707, com domicílio na Estrada das Açoteias, Restaurante Olímpico, 8200-000 Albufeira, por se encontrar acusado da prática de um crime, foi o mesmo declarado contumaz, em 19 de Setembro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código do Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código do Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e ainda, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

21 de Setembro de 2005 — A Juíza de Direito, *Raquel Alves* — A Oficial de Justiça, *Isabel Branco*.

TRIBUNAL DA COMARCA DA SERTÃ

Aviso de contumácia n.º 10 611/2005 — AP. — O Dr. Fernando Jorge Prata Andrade, juiz de direito da Secção de Processos do Tribunal de Comarca de Sertã, faz saber que, no processo comum (Tribunal Singular), n.º 72/02.3TASRT, contra o arguido Pedro Abellaneda García, com domicílio na Rua Joaquim Machado da Costa Nunes, 21 Asseiceira, 2040 Rio Maior, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97 de 19 de Novembro, praticado em 26 de Novembro de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 22 de Fevereiro de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até a apresentação do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código do Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido após esta declaração; a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

15 de Setembro de 2005. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível*). — O Oficial de Justiça, *Heitor Silva Farinha*.

Aviso de contumácia n.º 10 612/2005 — AP. — O Dr. Fernando Jorge Prata Andrade, juiz de direito da Secção de Processos do Tribunal de Comarca de Sertã, faz saber que, no processo abreviado n.º 23/02.5GBSRT, pendente neste tribunal contra o arguido Lafrouji Lachen, filho de Lafrouji Mbark e de Atmani Eto, nascido em 13 de Abril de 1967, solteiro, titular do bilhete de iden-

tidade n.º 207566, com domicílio em Valle de Las Casas Cebani, Leon, Espanha, o qual foi em 8 de Maio de 2003, condenado pela prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 4 de Fevereiro de 2002. Foi o mesmo declarado contumaz, em 4 de Outubro de 2004, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração; a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas e ainda, o arresto da totalidade ou em parte dos seus bens, nos termos do disposto no artigo 337.º, n.º 3, do referido diploma legal.

15 de Setembro de 2005. — O Juiz de Direito, (*Assinatura ilegível.*) — O Oficial de Justiça, *Heitor Silva Farinha*.

TRIBUNAL DA COMARCA DE SESIMBRA

Aviso de contumácia n.º 10 613/2005 — AP. — A Dr.ª Célia Farinha, juíza de direito da Secção Única do Tribunal de Comarca de Sesimbra, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 177/02.0GTSTB, pendente neste tribunal contra o arguido Frederico Pedro Paixão Abranches Félix, filho de Pedro João Abranches Félix Correia e de Ivone dos Santos Paixão Félix Correia, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, nascido em 8 de Outubro de 1968, casado, com identificação fiscal n.º 179986848, titular do bilhete de identidade n.º 8538166, com domicílio na Rua João Dinis de Abreu, Tábua, 3420-329 Tábua, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 23 de Março de 2002 por despacho de 20 de Setembro de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por se ter apresentado.

21 de Setembro de 2005. — A Juíza de Direito, *Célia Farinha*. — A Oficial de Justiça, *Ester Zita Nascimento*.

1.º JUÍZO CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE SETÚBAL

Aviso de contumácia n.º 10 614/2005 — AP. — O Dr. L. F. de Melo e Silva, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular), n.º 337/01.1TASTB, pendente neste tribunal contra a arguida Maria Luisa Ribeiro Gomes Santos, filha de Manuel Ascensão Gomes dos Santos e de Maria José Ribeiro, de nacionalidade portuguesa, nascida em 2 de Outubro de 1967, divorciada, com identificação fiscal n.º 13383900, titular do bilhete de identidade n.º 10033472 com domicílio na Rua Francisco Gentil, 431, rés-do-chão, direito, Quinta ao Conde, 2970 Sesimbra, por se encontrar acusado da prática de um crime de emissão de cheque sem provisão, previsto e punido pelo artigo 11.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 454/91, de 28 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 316/97, de 19 de Novembro, praticado em 6 de Outubro de 2000, foi a mesma declarada contumaz, em 13 de Julho de 2005, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e ainda, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

9 de Agosto de 2005. — O Juiz de Direito, *L. F. de Melo e Silva*. — A Oficial de Justiça, *Vera Lúcia Morais*.

Aviso de contumácia n.º 10 615/2005 — AP. — O Dr. L. F. de Melo e Silva, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal

de Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo abreviado n.º 99/99.0PTSTB, pendente neste tribunal contra o arguido Armand Artur da Silva Rodrigues Borges, filho de Artur Rodrigues Borges e de Cidália Maria da Silva Cordeiro Borges, natural de São Sebastião, Setúbal, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Março de 1967, solteiro, com identificação fiscal n.º 189942894, titular do bilhete de identidade n.º 9804473, com domicílio em Brejos do Assa, CCI 6209, 2950 Palmela, o qual foi por sentença proferida em 28 de Setembro de 2004 condenado na pena de 90 dias de multa à taxa diária de 4,00 euros, perfazendo o total de 360,00 euros, a que correspondem 60 dias de prisão subsidiária, transitado em julgado em 15 de Outubro de 2004, pela prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, praticado em 2 de Abril de 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Julho de 2005, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e ainda, a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

9 de Agosto de 2005. — O Juiz de Direito, *L. F. de Melo e Silva*. — A Oficial de Justiça, *Vera Lúcia Morais*.

Aviso de contumácia n.º 10 616/2005 — AP. — O Dr. L. F. de Melo e Silva, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo sumário (artigo 381.º do Código de Processo Penal) n.º 197/03.8PTSTB, pendente neste tribunal contra o arguido João Henrique Marcelino da Costa, filho de Wellington Marcelino da Costa e de Elizabete de Jesus Gonçalves da Costa, natural do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido em 11 de Outubro de 1978, solteiro, pintor de construção civil, titular do passaporte n.º CL365955-P, com domicílio na Rua de Vanicelos, 6, cave E, 2900 Setúbal, o qual foi em 13 de Junho de 2003, condenado na pena de 95 dias de multa, à razão diária de 3 euros, o que perfaz a quantia global de 285 euros a que corresponde 63 dias de prisão subsidiária, caso arguido não proceda ao pagamento da multa ou o Ministério Público não a execute, transitado em julgado em 30 de Junho de 2003, pela prática de um crime de condução sem habilitação legal, previsto e punido pelo artigo 3.º, n.º 2 do Decreto-Lei n.º 2/98, de 3 de Janeiro, praticado em 30 de Maio de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 5 de Julho de 2005, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal; a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e ainda a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

9 de Agosto de 2005. — O Juiz de Direito, *L. F. de Melo e Silva*. — A Oficial de Justiça, *Vera Lúcia Morais*.

Aviso de contumácia n.º 10 617/2005 — AP. — O Dr. L. F. de Melo e Silva, juiz de direito do 1.º Juízo Criminal do Tribunal de Comarca de Setúbal, faz saber que, no processo comum (tribunal singular) n.º 203/97.3GFSTB, pendente neste tribunal contra o arguido Fernando José de Oliveira Marçal Magalhães, filho de José Luís da Natividade Marçal Magalhães e de Odete Acidália Oliveira Romba Magalhães, natural de Angola, de nacionalidade portuguesa, nascido em 1 de Maio de 1961, casado, titular do bilhete de identidade n.º 7123323 com domicílio na 77 Hawthorn Prive, Ipswich Ip2 Opd, Ipswich, Reino Unido, por se encontrar acusado da prática de um crime de condução de veículo em estado de embriaguez, previsto e punido pelo artigo 292.º do Código Penal, praticado em 13 de Junho de 1997, por despacho de 7 de Julho de 2005, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por o mesmo ter sido detido.

10 de Agosto de 2005. — O Juiz de Direito, *L. F. de Melo e Silva*. — A Oficial de Justiça, *Vera Lúcia Morais*.